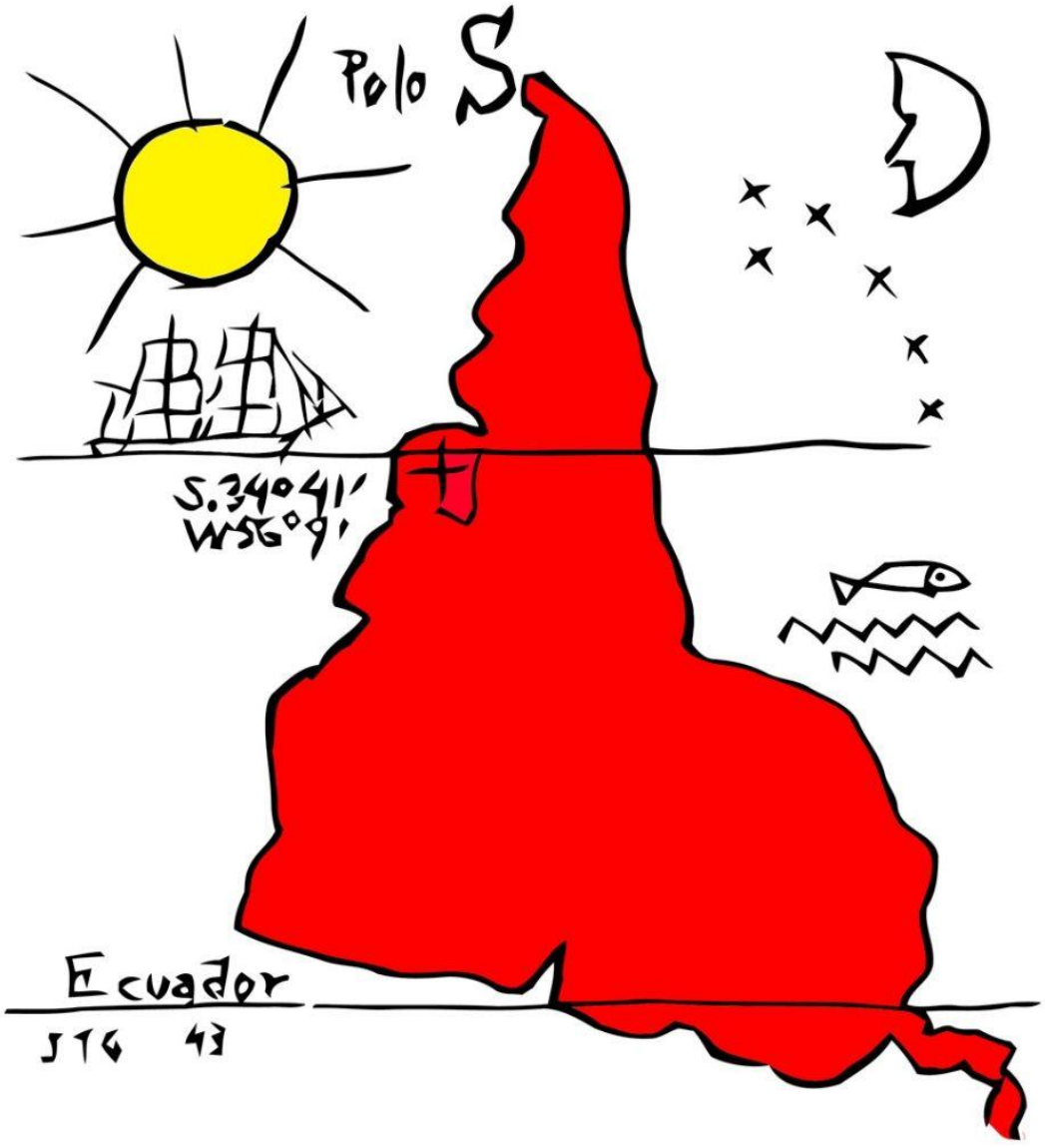
Colóquio de Economia e Geopolítica do Sistema-Mundo



América Invertida, desenho de Joaquín Torres García, feito em 1943.

O CAPITALISMO TARDIO, NEOLIBERALISMO E SUAS RELAÇÕES COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

LATE CAPITALISM, NEOLIBERALISM AND THEIR RELATIONS WITH PRECARIOUS WORK

Gláucio Almeida Irmão

Resumo: O presente estudo, como parte de pesquisa acadêmica de mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado-TECCER, da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e, também, de uma apresentação no Colóquio de Economia e Geopolítica do Sistema-Mundo, realizado na Universidade Estadual de Goiás (UEG), versa sobre o processo histórico-político e a suas relações com o mundo do trabalho, o Capitalismo Dependente na América Latina e o neoliberalismo. Além de abordar aspectos da economia colonial do início da Idade Moderna ao nascimento dos Estados Nacionais e suas dinâmicas de economias agroexportadoras; do início do processo de modernização do final dos anos 1800, desaguando nas primeiras décadas do século XX, na política de substituição das importações. Ademais, cita a chegada do autoritarismo na região, anos 1960/1970, a redemocratização, nos anos 1990, cenário de abertura política e a imposição da ordem neoliberal. A relação da nova ordem institucional e os seus impactos no mundo do trabalho e os efeitos nas economias dependentes da América Latina, da institucionalidade, ao introduzir a sujeição estatal aos ditames do neoliberalismo no mundo nas relações de trabalho e, com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), tem colaborado para a precarização do labor e servido de instrumento para a desertificação neoliberal.
Palavras-chave: América Latina. Neoliberalismo. Industrialização Tardia e precarização do trabalho.

Abstract: The present study, as part of academic research for a master's degree in Territories and Cultural Expressions of the Cerrado-TECCER, at the State University of Goiás (UEG) and also as part of a presentation at the Colloquium on Economics and Geopolitics of the World System, held at the University State of Goiás (UEG), deals with the historical-political process and its relations with the world of work, Dependent Capitalism in Latin America and Neoliberal Desertification. In addition to addressing aspects of the colonial economy from the beginning of the Modern Age to the birth of National States and their dynamics of agro-export economies; from the beginning of the modernization process in the late 1800s, leading to the import substitution policy in the first decades of the 20th century. Furthermore, it cites the arrival of authoritarianism in the region, in the 1960s/1970s, and redemocratization in the 1990s, a scenario of political opening and the imposition of the neoliberal order. The relationship of the new institutional order and its impacts on the world of work and the effects on the dependent economies of Latin America, of institutionality, by introducing state subjection to the dictates of neoliberalism in the world of labor relations and, with Information Technologies and Communication (ICT), has contributed to the precariousness of labor and served as an instrument for neoliberal desertification.
Key words: Latin America. Neoliberalism. Late Industrialization and precarious work.

CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Nos primórdios da Idade Moderna, o continente se tornou colônia dos países europeus e logo a região que hoje chamamos de América Latina fez parte das engrenagens do processo de desenvolvimento das forças capitalistas, isso se deu com as grandes navegações, na dinâmica do mercantilismo, a aventura de pilhagem deslocaria o eixo econômico do mar Mediterrâneo para o Atlântico, o que desencadeou a exploração da região para atender os interesses do Velho Mundo.

> A economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva de capital. Dever-se-iam estabelecer, portanto, mecanismos capazes de ajustar a economia colonial à sua razão de ser, mecanismos de exploração que permitissem: 1 produzisse a economia colonial um excedente que se transformava em lucros para se comercializar a produção no mercado internacional; 2 a criação de mercados coloniais à produção metropolitana; 3 que o lucro gerado na colônia fosse apropriado quase que integralmente pela burguesia metropolitana. (MELLO, 1987, p. 39).

O autor aponta para o sentido da colonização da América Ibérica como um traço formador do capitalismo moderno, onde a região estaria sujeita aos interesses e aos ditames das metrópoles do outro lado do Atlântico.

> Nem a História aparece como singularidade irredutível, nem como a realização monótona de etapas de desenvolvimento pré-fixadas, ainda que alguns traços de rebeldia retidos pelo "semi", "de caráter" etc.; nem, muito menos, há ausência de História, a que nos teria condenado nossa condição subdesenvolvida e periférica, como se nosso destino estivesse traçado desde o descobrimento. Não: a história brasileira e latino-americana é a História do capitalismo e, simultaneamente, a História de nosso capitalismo (MELLO, 1987, p.176).

A independência política dos Estados Nacionais ocorrida nas primeiras décadas do século XIX, em decorrência da crise do Antigo Regime, não teve o efeito emancipador em relação aos laços de dependência com a Europa, pois a Inglaterra assumiria todo o protagonismo de grande potência econômica e militar naquele momento histórico, em que as jovens nações latino-americanas livres da antiga estrutura do Pacto Colonial teriam que lidar com o poderio industrial britânico.

Dois importantes traços da era colonial permaneceram ao longo do século XIX na maioria dos países da região - o latifúndio e a escravidão. Essas foram as bases essenciais para a dinâmica de funcionamento das economias do Império do Brasil e das repúblicas da América Espanhola.

O continente, ao longo do século XIX, seguiu os ditames da II Divisão Internacional do Trabalho. No final dos anos 1800 e início do século XX, essa orientação passaria por mudanças. As principais economias da América Latina deram os seus primeiros passos rumo à industrialização – países de industrialização tipo A - (BAMBIRRA, 2019), eventos como a Guerra de 1914 foram cruciais para iniciativa. O liberalismo institucionalizado pelas potências centrais no século XIX, promotoras das relações de interdependência do Capitalismo Tardio da América Latina (MELLO, 1987) foram abaladas pelos eventos do início do século XX, a crise levaria ao abandono do padrão-ouro[1].

Com o Velho Mundo em crise, em situação diversa no outro lado do Atlântico Norte os Estados Unidos viviam os "loucos anos 1920", enquanto o país do Novo Mundo desfrutava a pujança econômica, a Europa em escombros vivenciaria a ascensão dos regimes totalitários. A crise liberal alcançaria a América do Norte e chegaria aos Estados Unidos com a Grande Depressão de 1929.

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NO CENÁRIO DA AMÉRICA LATINA

Na travessia da primeira para a segunda metade do século XX, países como Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia, de acordo com Bambirra (2019) classificados de países com início antigo de industrialização, intensificaram o processo em face ao cenário internacional. O Brasil experimentou a quarta fase do seu processo histórico de desenvolvimento do Capitalismo Tardio[2], que segundo Mello (1987), dentro da economia retardatária, a segunda das três etapas que se subdividem, definida como industrialização restringida.

No período que ocorria no país a política de substituição das importações, o Estado brasileiro governado por Vargas, se valendo do cenário internacional no período de transição da primeira para a segunda metade do século XX, mobilizou a classe operária e

[1] O padrão-ouro foi o sistema monetário do século XIX até os anos 1920, estabelecia que a quantidade de ouro como referência para a definição do valor da moeda em cada país.
[2] De acordo com o autor há uma periodização no capitalismo tardio nas principais economias da região, composta, como citado anteriormente, em quatro etapas: 1ª Economia Colonial, 2ª Economia Mercantil-escravista Nacional, 3ª Economia Exportadora Capitalista e 4ª Economia retardatária, esta última subdividida em três fases: Nascimento e consolidação da grande indústria, Industrialização restringida e Industrialização pesada.

de certo modo controlou o processo de organização dos trabalhadores urbanos. O aparato institucional da época, que foi a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ia ao encontro dos moldes do trabalhador fordista, com salário fixado, jornada de trabalho estabelecida em lei, sindicalização, gerência científica do trabalho, aposentadoria, padrões que atendiam certas condições de razoabilidade na dinâmica do labor à época.

Na passagem da segunda metade da década de 1940 para os anos 1950, o capitalismo orientado pelas ideias de Keynes ganhava força, evidenciado no processo de reconstrução da Europa contida na política do bem-estar social. Mais adiante, entre os anos 1960 e 1970, a Guerra Fria deixaria suas marcas na América Latina, uma vez que os Estados Unidos apoiariam das mais variadas formas a tomada do poder no continente por forças reacionárias, sobretudo os militares (BORÓN, *et al*, 2020), sob a alegação de salvaguardar a região da sovietização.

O poder político foi tomado de assalto na região, ocorreu o despedaçar do tecido democrático dos países, uma vez assentados no comando das nações estruturas econômicas seriam remodeladas. (...) "O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização dos bens públicos" (BORÓN, *et al*, 2012, p.19).

Historicamente esse período de arbítrio no continente ficou marcado por golpes militares apoiados por interesses geopolíticos, escorados nas ambições das elites locais. Regimes autoritários que estranhamente mesclaram controle estatal aos princípios econômicos liberais, combinando violenta repressão social, arrocho salarial, exportação de capitais via empresas multinacionais e exploração dos recursos minerais (BORÓN, *et al*, 2020).

A América Latina se deparou com o aumento inflacionário, usou o braço estatal na repressão sindical, num ambiente de ausência democrática, endividamento externo e baixo crescimento econômico. Entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, nos estertores da Guerra Fria, a região passaria pelo processo de redemocratização, o ocidente liderado pelos Unidos, vencedor do embate ideológico diante da extinta União Soviética, arquitetava para a região o que ficaria conhecido como o Consenso de Washington.

O término das sofríveis décadas de autoritarismo não se traduziu na reversão dos aspectos mais perversos da ordem liberal, o período demonstrou que os ares dos tempos democráticos colocariam em pauta de primeira ordem a agenda neoliberal, tendo como características a drástica redução do Estado e a sua subordinação aos desígnios da economia.

> A "democratização" se expande no discurso e na ideologia dos regimes democráticos, mas a cidadania é negada pelas políticas econômicas neoliberais que tornam impossível o exercício dos direitos cidadãos. Quem não tem casa, nem comida, nem trabalho não pode exercer os direitos que, em princípio, a democracia concede a todos por igual (BORÓN, et al,2012, p.188).

A dinâmica neoliberal orientada pelos ditames do Consenso de Washington operaria institucionalmente encolhendo o estado nas mais variadas formas - serviços públicos, infraestrutura, privatização do setor energético, desregulamentação, avanço dos interesses financeiros internacionais e pela intensificação da reprodução de um capitalismo dependente, uma espécie de esquizofrenia social (BORÓN, *et al,* 2020), o fim da clássica ditadura cívico-militar-empresarial pôs fim somente ao arbítrio das fardas na política.

O panorama político do continente no fim do século XX apresentaria um contraponto Consenso de Washington, a Onda Rosa como ficou conhecida, a ascensão de governos populares, ligados à esquerda - na Venezuela, Hugo Chávez (1999/2013); no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010); na Argentina, Néstor e Cristina Kirchner (2003/2015); na Bolívia, Evo Morales (2006/2019); no Equador, Rafael Correa (2007/2017) e, no Uruguai, Pepe Mujica (2010/2015).

Expectativas foram geradas com a Onda Rosa, uma vez no poder esses líderes pautariam seus respectivos governos políticas de redistribuição de renda, programas sociais, desenvolvimento e infraestrutura, debates e ações quanto ao uso soberano em relação aos minérios e hidrocarbonetos.

Borón e Klachko (2020) analisam com apuração essas expectativas no que se refere à autonomia das lideranças que alçaram o cargo mais elevado do Executivo em seus países e os rumos desses governos no cenário regional, mostrando que as consultas eleitorais não necessariamente se traduzem na assunção do poder político.

> Se o Estado é o centro do poder político, esse poder não está em jogo qualquer consulta eleitoral, nem sequer naquelas que definem o cargo principal dentro do aparelho de Estado, seja tal cargo o de presidente ou de primeiro-ministro. O que se define nas consultas eleitorais são as pessoas que ocuparão posições relevantes no aparelho de Estado. Em outras palavras, não é o poder político que está em disputa mesmo nas consultas eleitorais mais importantes. Somente estão em disputa os funcionários e as forças políticas que administrarão esse poder político. (BORÓN, *et al*, 2020, p. 48).

Eles reforçam que os governos progressistas da Argentina, Brasil, Uruguai aceitaram o processo de globalização assimétrica (BORÓN, *et al.* , 2020) e evidentemente

que esse posicionamento resultou em menor efetividade no combate aos males datados e muito conhecidos na América Latina - a desigualdade, a má distribuição de renda. Os governos seguiram suas transações com capital internacional, negociando seus hidrocarbonetos e exportando suas grandes safras.

Há de se destacar a importância da Onda Rosa, a despeito das suas limitações e peculiaridades dos seus Estados Nacionais, ela de certa maneira conteve parte do ímpeto neoliberal, representados por governos que tentaram fundar o capitalismo sério, socialismo bolivariano e/ou pós-neoliberalismo (BORÓN, *et al*, 2020).

Para brecar e suceder a Onda Rosa, na segunda década do século XXI, esses governos passaram por turbulências, traduzidas em duros ataques que se apresentaram disfarçados de uma espécie de Estado Segurança com verniz eleitoral (BORÓN, *et al*, 2020) ou por golpes apoiados pelo grande capital.

No Brasil, o curso das transformações da região se deu com o golpe parlamentar (SINGER, *et al*, 2016) que defenestrou da presidência Dilma Rousseff, o vice Michel Temer do MDB assumiria o cargo. A agremiação política, através da Fundação Ulisses Guimarães, foi responsável pela criação do programa Ponte para o Futuro.

É certo que a precarização do trabalho não é uma obra do neoliberalismo, a exploração do labor possui uma longa trajetória histórica, o percurso exploratório ganharia amplitude na sociedade industrial, certamente o termo precarização não era utilizado, todavia, a ideia de se obter o máximo da força e remunerá-la ao menor patamar possível é prática antiga.

Nas ciências sociais a mais valia (MARX, 2013) tem sido a denominação mais completa para demonstrar a exploração do trabalhador e o caminho mais curto para exponencializar os ganhos da classe burguesa. A evolução tecnológica tem apresentado novas formas de espoliação do trabalhado, aliando-se a isso o panorama de incertezas ligadas à institucionalidade predatória neoliberal.

> A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho. Vide a experiência britânica da *zero hour contract* [contrato zero hora], novo sonho do empresariado global. Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam: expande-se a "uberização", amplia-se a "pejotização[3]", florescendo uma nova modalidade de trabalho: o

[3] Nota do autor: Trata-se de referência à pessoa jurídica (PJ), que é falsamente apresentada como "trabalho autônomo" visando mascarar relações de assalariamento efetivamente existentes e, desse modo, burlar direitos trabalhistas (ANTUNES, 2018, p.25).

> escravo digital. Tudo isso para disfarçar o assalariamento (ANTUNES, 2018, p.25).

Ferramentas eficazes são criadas para monitorar a era do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2021), os dispositivos computacionais que operam as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), na máxima exploração da força laboral, segundo Antunes (2020), não há a eliminação completa do trabalho pelo aparato informacional-digital, ocorre a expansão do novo proletariado na era digital, a qual apresenta como suas principais características a intermitência e a mediação tecnológica, um proletariado de serviços, denominado escravidão digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina foi campo fértil para o desenvolvimento do mercantilismo europeu, compondo-o através das antigas amarras do Pacto Colonial no início da Idade Moderna. Seguindo o fio da história, a região completava a dinâmica sistêmica na economia de exportação de produtos agrícolas no contexto de formação dos Estados Nacionais. Mais adiante parte do continente chegaria ao processo de substituição das importações das primeiras quadras do século XX, seguindo até a sujeição do continente aos preceitos da desertificação neoliberal presente no cotidiano.

O caso do passado recente brasileiro é emblemático, a assunção ao poder da direita neoliberal se deu pelo esgarçamento do tecido democrático, como o golpe parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016 e, na sequência, em 2018, a eleição do ultraconservador Jair Bolsonaro.

A América Latina na encruzilhada, o sugestivo nome da obra ilustra a atual panorama político da região, onde forças do conservadorismo se aliaram ao capital internacional e, de certo modo, obtiveram êxito.

O pêndulo da economia aparentemente se inclina à direita, no atual cenário esse direcionamento contribui para descaracterização e a maior precarização das relações de trabalho, movendo a sociedade para Economia do Compartilhamento[4], diante do avanço das TIC. O novo conceito tecnológico do trabalho, empresas que se apresentam como mediadoras entre os serviços e os clientes, a exemplo das plataformas digitais Uber,

[4] A Economia do Compartilhamento é uma onda de novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com provedores de serviço para trocas no mundo físico, como aluguéis imobiliários de curta duração, viagens de carro ou tarefas domésticas (SLEE, 2017, p. 33).

iFood, Zé *Delivery*, *Rappi*. Comodidades modernas que dinamizaram as atividades humanas, todavia, essa aparência de modernidade por vias digitais camufla um cenário de precarização e exploração do trabalho cogitada por poucos.

Grandes contingentes de trabalhadores transformados em prestadores de serviços, um caso típico é dos motoristas e motofretistas que laboram através de aplicativos de telefonia celular, sem cobertura previdenciária, responsabilidade patronal, legislação trabalhista e remuneração mínima garantida, numa espécie degradação da mais valia. Pela tarefa desempenhada na relação de mediação da plataforma há apenas um Termo de Uso.

Uma exploração geograficamente desterritorializada, esse novo contexto que nega a concepção do trabalho formal e, naturalmente, está à margem dos direitos garantidos pelas leis trabalhistas, para ilustrar esse período pouco favorável ao mundo laboral em 2017 ocorreu a aprovação da Lei nº 13.467.

De acordo com dados recentes[5] cerca de 1,6 milhão de pessoas trabalham como entregadores por aplicativo. Será natural que um contingente de trabalhadores deste porte não desperte um interesse de nossos legisladores para que no mínimo se tenha no país um debate sério sobre o tema.

[5] Brasil tem 1,6 milhão de pessoas trabalhando como entregadores ou motoristas de aplicativos. Disponível em <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/04/13/brasil-tem-16-milhao-de-pessoas-trabalhando-como-entregadores-ou-motoristas-de-aplicativos.ghtm> Acesso em 05 de maio de 2023.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmilla. **Uberização**: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: ANTUNES, R (Org). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020, p.111-124.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. (Org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em 14 de maio de 2022.

BORÓN, Atilio; KLACHKO, Paula; OSORIO, Jaime; SANTOS, Roberto S.; VILLARREAL, María; PITILLO, João Cláudio; PERALTA, Rebeca; RUAS, Luiz Eduardo M.; GAMBINA, Júlio C.; ELÍAS, Antonio; VUYK, Cecilia; FIGUEROA, Matías Ortíz; QUINTERO-LODOÑO, Ricardo; JIMÉNEZ; PALAZUELOS, Antonio. **América Latina na encruzilhada -** lawfare, golpes e luta de classes. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

BORÓN, Atilio; SADER, Emir; OLIVEIRA, Francisco de; THERBORN, Goran; NETTO, José Paulo; RAMALHO, José Ricardo; MAIDANIK, Kiva; FERNANDES, Luis; MACHADO, Luiz Antonio; GENTILI, Pablo; ANDERSON, Perry; SALMA, Pierre. **Pós-neoliberalismo -** As políticas e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Altas. 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Tradução de Milton Camargo Mota. Petrópolis: Vozes, 2019.

MARX, Karl. **O Capital:** Livro I – O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Erdele. São Paulo: Boitempo, 2013. pp.97/128

MELLO, João M. C. de. **O CAPITALISMO TARDIO**. São Paulo: Editora Brasilense, 1987

SINGER, André; JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SLEE, Tom. **Uberização:** A nova onda do trabalho precarizado. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2017.

TAVARES, Maria da C. **DA SUSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO CAPITALISMO FINANCEIRO:** Ensaios sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Edidores, 1973.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância:** A Luta por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

SITES CONSULTADOS

1. Como estão as principais propostas do Programa Ponte para o Futuro. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/como-estao-as-principais-propostas-do-programa-uma-ponte-para-futuro-21179941> Acesso em 05 de maio de 2023.

2. Brasil tem 1,6 milhão de pessoas trabalhando como entregadores ou motoristas de aplicativos. Disponível em <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/04/13/brasil-tem-16-milhao-de-pessoas-trabalhando-como-entregadores-ou-motoristas-de-aplicativos.ghtm> . Acesso em 05 de maio de 2023.